

A NORMALIDADE DISSECADA

Vinícius Augusto Andrade de Assis¹

Resenha recebida em: 13/01/2025.

Resenha aceita em: 23/06/2025.

RESUMO:

A presente resenha trata do livro *Família e fronteira no Brasil colonial*, de Alida C. Metcalf, publicado nos Estados Unidos originalmente em 1992 e recém traduzido para o português, foi lançado pela Editora Unesp. Tomando as fontes disponíveis para a vila de Santana de Parnaíba (capitania de São Paulo), a autora traça as estratégias de sobrevivência na sociedade colonial, as relações entre família e fronteira, bem como a reiteração da desigualdade socioeconômica em áreas economicamente voltadas ao abastecimento interno.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil colonial; Desigualdade; Escravidão; Família; Fronteira.

The dissection of normality

ABSTRACT:

This current review addresses the book *Family and Frontiers in Colonial Brazil*, by Alida C. Metcalf, which was originally published in the United States in 1992 and it was recently translated into Portuguese and released by Editora Unesp. Drawing on available sources from the village of Santana de Paraíba (captaincy of São Paulo), the author outlines survival strategies in colonial society, explores the family-frontier relations as well as reiterating the socioeconomic inequality in the fields which were economically oriented toward domestic supply.

KEYWORDS: Colonial Brazil; Family; Frontier; Inequality; Slavery.

METCALF, Alida C. **Família e fronteira no Brasil colonial**: Santana de Parnaíba, 1580-1822. São Paulo: Editora Unesp, 2024, 312 p.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS/USP). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Possui mestrado em História Social e graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: vinideassis1@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3649576119513631>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9084-1457>.

Alida C. Metcalf, professora na Rice University (Houston; Texas), é uma historiadora estadunidense cuja produção acadêmica é reconhecida pelas temáticas da escravidão e da família na América portuguesa. Recentemente, o primeiro livro de sua autoria foi traduzido e publicado em português, intitulado *Família e fronteira no Brasil colonial*. O trabalho foi resultado de sua tese de Doutorado em História, defendida em 1983 na University of Texas e publicada em 1992 pela University of California Press, com uma segunda edição em 2005 pela University of Texas Press. É a tradução dessa versão que chega ao público brasileiro pela Editora Unesp.

Em termos historiográficos, o livro insere-se na conjuntura denominada *brasilianismo*, ocorrido nas décadas de 1960 a 1980, quando o interesse intelectual norte-americano se manifestou em financiamentos para a realização de pesquisas sobre a América Latina, particularmente no Brasil. De acordo com Warren Dean, fatores como a revolução cubana, a imigração latino-americana aos Estados Unidos, e o acesso facilitado de estrangeiros à documentação arquivística brasileira influenciaram essa produção (Dean, 1990, p. 104-105).

O trabalho também se vincula à primeira geração de estudos sobre a *história da família*, vertente que desde a década de 1970 vêm demonstrando a complexidade das relações socioeconômicas oriundas de um parentesco que não se limitava à consanguinidade. Conforme Ana Silvia Volpi Scott, a historiografia da família buscou visibilizar as peculiaridades inerentes à formação social e econômica do Brasil (Scott, 2015, p. 21). Nesse sentido, como indicou Metcalf em artigo anterior ao livro, as famílias foram cruciais para a reiteração de hierarquias sociais no período colonial: “os clãs familiares exerciam poderes que contrabalanceavam até mesmo a autoridade das coroas espanhola e portuguesa, ao passo que as pequenas famílias constituíam a pedra angular da ordem social e da produção agrícola nas zonas rurais” (Metcalf, 1983, p. 771).

Embora seja um livro inédito no Brasil, a versão original foi citada pela historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, principalmente nos estudos

voltados à família escrava e ao sistema sucessório nos séculos XVIII e XIX (Bacellar, 1997; Faria, 1998; Motta, 1999; Slenes, 1999). Paralelamente, Metcalf dialogou com a produção acadêmica brasileira nas referidas décadas, vide a publicação de artigos e capítulo de livro em português, divulgando parcialmente os resultados de sua pesquisa (Brettell; Metcalf, 2003; Metcalf, 1987; Metcalf, 1990a; Metcalf, 1990b).

O objetivo do livro consiste em compreender a reprodução da desigualdade na colônia, a partir da obtenção de recursos – materiais e simbólicos – para a sobrevivência familiar. Para tanto, a autora recorreu às fontes disponíveis sobre a vila de Santana de Parnaíba (capitania de São Paulo) entre os séculos XVI e XIX, tais como inventários *post-mortem*, testamentos, registros paroquiais e notariais, além das listas nominativas de habitantes.

Não foi sua intenção realizar uma história de Santana de Parnaíba ou da capitania de São Paulo. Seu objeto são a família e as estratégias cotidianas dentro de um ordenamento vigente, neste caso, a estrutura estamental-escravista típica do Antigo Regime. De acordo com a autora, o propósito “deste estudo não é inflar a importância desta vila, mas usá-la como uma lente por meio da qual um processo de colonização pode ser ampliado, revelando seus detalhes” (Metcalf, 2024, p. 32). Em outras palavras, assim como nas ciências biológicas, principalmente na Anatomia, Metcalf propõe uma dissecação daquilo que há de mais comum em qualquer sociedade: a normalidade.

Como hipótese, parte-se do pressuposto de que a desigualdade seria um produto da relação das famílias seiscentistas livres com a fronteira, visto que dependiam do sertão para o processo de acumulação primitiva de capital, preferencialmente a escravização indígena. Segundo a autora,

as famílias que exploravam a fronteira para participar da economia mais ampla do Atlântico tornavam-se parte da classe de proprietários agrícolas e renovavam suas riquezas a cada geração porque continuavam a explorar o sertão (Metcalf, 2024, p. 46)

Consequentemente, a manutenção da hierarquia social dependia das estratégias familiares para a composição e distribuição dos patrimônios no decorrer dos ciclos de vida.

Para dar procedência à hipótese, Metcalf recorre ao estudo da composição socioeconômica de três “classes sociais” (conceito forjado pela autora e não atribuído à concepção marxista de *classe*), a saber: proprietários agrícolas, livres pobres e escravizados. O primeiro grupo corresponde à minoria de famílias escravizadoras e latifundiárias, enquanto o segundo grupo dependia da mão-de-obra familiar e agregada, não necessariamente possuindo terras; por sua vez, o terceiro grupo refere-se à população escrava, que formava 27% dos habitantes e concentrava-se em 27% dos domicílios em finais do setecentos. Em termos teóricos, a formulação tríade de “classe social” resulta em armadilhas conceituais no texto e deve ser compreendida com cautela pelo leitor. Segundo a autora, “a riqueza, a raça, os laços familiares, a idade, o sexo e o estado civil foram fatores que influenciaram o modo como a população da vila se percebia e percebia os demais” (Metcalf, 2024, p. 27). Em outras palavras, é necessário estar atento a esses fatores dentro das referidas “classes sociais”, ou seja, perceber os mecanismos de diferenciação socioeconômica não apenas entre grupos, mas também intragrupos.

No tocante à população livre (tanto proprietários agrícolas quanto livres pobres), o trabalho foi primordial por relacionar a acumulação patrimonial com o ciclo de vida das famílias. Nesse quesito, o sistema sucessório foi privilegiado como plataforma de observação, visto que,

embora a divisão igualitária dos bens entre todos os filhos fosse sem dúvida justa e humana, ela ao mesmo tempo assombrava as famílias com a diminuição de recursos familiares e o inevitável declínio do *status* social das gerações seguintes que disso resultaria (Metcalf, 2024, p. 143)

Para a segunda “classe”, “qualquer mudança na composição familiar [...] afetaria a quantidade de alimentos de que necessitavam e o quanto poderiam produzir” (Metcalf, 2024, p. 196).

Diante das incertezas cotidianas, poderiam buscar a proteção da primeira “classe” através do compadrio, uma vez que, para além do parentesco espiritual, “os padrinhos serviam como poderosos patronos para famílias pobres na comunidade e às vezes defendiam seus afilhados junto às instituições locais” (Metcalf, 2024, p. 196).

A migração também foi um fenômeno atribuído às duas “classes” livres. Segundo a autora,

como um costume familiar profundamente enraizado nas famílias de proprietários agrícolas desde os primórdios da colonização, a migração dos filhos homens ajudava a resolver o problema inevitável da diminuição do patrimônio familiar (Metcalf, 2024, p. 157)

Ao mesmo tempo, “os pobres livres se mudavam pelas mais variadas razões, sendo uma das mais importantes a procura por terras. Contudo, também se mudavam para fugir do serviço militar e de obrigações de trabalho forçado” (Metcalf, 2024, p. 194).

Em relação aos escravizados, a autora se situa num dos principais debates historiográficos de sua geração: a família escrava. Para o período colonial, Metcalf demonstrou pioneiramente a violência que o sistema sucessório causava à população cativa, visto a “dificuldade em manter seus laços familiares, especialmente se os herdeiros levassem membros das famílias dos cativos para fora de Parnaíba a fim de desenvolver a fronteira a oeste” (Metcalf, 2024, p. 215). Não obstante, o parentesco nas senzalas possibilitava uma vida em comunidade, a oportunidade da alforria, a obtenção de roças e o estreitamento de laços consanguíneos e espirituais, principalmente pelo compadrio entre escravos, livres ou membros da família senhorial, permitindo uma sobrevivência menos violenta perante as incertezas da escravidão.

No decorrer dos seis capítulos que compõem o livro, Metcalf demonstra o processo reiterativo da desigualdade socioeconômica através de uma sequência comum de eventos. A capacidade de transformar a fronteira em fonte de recursos – segundo os valores estamentais do Reino – permitiu a reprodução de famílias livres numa lógica hierárquica. Ao mesmo tempo, constituía-se uma expectativa de

liberdade para a população escrava, vide a possibilidade de fuga e formação de quilombos, ainda que numa exceção à regra. Dessa forma, a fronteira tinha um efeito diferente para as três “classes sociais”. Embora trouxesse independência e autossuficiência para os “livres pobres”, não havia um princípio de igualdade se comparado aos “proprietários agrícolas”; para estes, a fronteira serviu como mecanismo de expansão patrimonial e familiar, permitindo a acomodação de seus descendentes no cume da hierarquia social. Por sua vez, os escravizados raramente se beneficiavam da fronteira, atrelando-se a um “horizonte de expectativas” que não se limitava ao cativo.

Por fim, vale destacar que o trabalho foi desenvolvido a partir de uma vasta pesquisa documental, cuja trajetória é elucidada nas notas sobre as fontes primárias e metodologia, localizadas no anexo do livro. Diante das questões aqui mencionadas, consideramos que *Família e fronteira no Brasil colonial* traz debates fundamentais para os estudos da sociedade escravista brasileira, desencadeando problemáticas acerca da escravidão, da família e da hierarquia social em regiões economicamente voltadas ao abastecimento interno.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BRETTELL, Caroline; METCALF, Alida C. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. **População e Família**, São Paulo, n. 5, p.127-152, 2003.

DEAN, Warren. Warren Dean: um brasilianista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 103-113, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

METCALF, Alida C. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 771-785, 1983.

METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 229-243, 1987.

METCALF, Alida C. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 283-304, 1990.

METCALF, Alida C. A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo. In: BALHANA, Altiva Pillati; MARCÍLIO, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon (org.). **História e População: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 205-212.

METCALF, Alida C. **Família e fronteira no Brasil colonial: Santana de Parnaíba, 1580-1822**. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. In: LIBBY, Douglas Cole et. al. (org.). **História da família no Brasil** (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015, p. 21-50.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.